



II Conferência Anual da ERC
A Regulação como valor num mundo em mudança

Dias 16 e 17 de Outubro de 2008

Fundação Calouste Gulbenkian

Síntese Conclusiva

Durante dois dias, especialistas nacionais e internacionais ligados ao universo da comunicação, desde responsáveis por grupos de média, a directores de informação, jornalistas e investigadores de diferentes áreas científicas, discutiram a regulação dos *media* na segunda Conferência da ERC, dedicada ao tema “A Regulação como valor num mundo em mudança”.

1º Dia

Sessão de Abertura

A sessão de abertura foi presidida pelo **Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama**, que salientou as mudanças do sector, as quais abrangem, em sua opinião, o modelo institucional de regulação que evoluiu no sentido da desgovernamentalização, contribuindo, assim, para a liberdade de imprensa. A ERC dá, segundo Jaime Gama, um forte contributo à Assembleia da República no acompanhamento da actividade da

comunicação social através dos estudos que tem divulgado e que fornecem dados anteriormente indisponíveis.

Azaredo Lopes, Presidente ERC, agradeceu a presença do Dr. Jaime Gama, justificada pelo facto de a ERC responder perante a Assembleia da República. Agradeceu à Fundação Gulbenkian e frisou os objectivos da conferência: o debate aberto sobre a regulação da comunicação social, dando voz a especialistas e a “regulados”. Referiu-se ainda ao contexto particular em que a conferência se desenrola e que reflecte o fundamento da liberdade de imprensa. Realçou a apresentação do ISCTE, que virá dar voz aos cidadãos e que mostra como uma entidade pública pode procurar o contributo do conhecimento produzido na academia.

1ª Sessão – “A Regulação como Valor num Mundo em Mudança”

Na **1ª Sessão**, dedicada ao tema **“A Regulação como Valor num Mundo em Mudança”**, o **Presidente da Impresa, Francisco Pinto Balsemão**, começou por problematizar a natureza da regulação como valor *de per se*, concluindo que esta deve ser antes encarada como um valor de confronto com outros valores, como a liberdade de expressão e de informação. Salientou que já ninguém põe em causa a necessidade de regulação, e que se deve ultrapassar uma "obsessão" de duplo sentido: de um lado, “o desejo de regular” e do outro, a ideia de que esta só pretende limitar a liberdade. Para o presidente da Impresa, o regulador deve concentrar-se na eliminação de factores de constrangimento do mercado e ser o último recurso num processo que se inicia na auto-regulação, passando pela co-regulação.

Manuel António Pina, Jornalista do Jornal de Notícias e comentador da sessão, começou por evocar os conflitos e dilemas quotidianos dos jornalistas no domínio do livre exercício da sua profissão. Concordou com a ideia de que a regulação deve ser mínima e subsidiária, não constituindo um valor em si, mas destacou a importância de uma auto-regulação assente em valores deontológicos – que tem sido "manifestamente insuficiente". Em sua opinião, é esse o caminho para evitar "a transformação do jornalismo em comércio".

2ª Sessão – “Redes de Nova Geração e Conteúdos”

Na **2ª Sessão**, dedicada às “**Redes de Nova Geração e Conteúdos**”, **Zeinal Bava, Presidente da PT**, sublinhou o crescente aumento da capacidade das redes o que, a seu ver, permite que todos os consumidores sejam criativos e activos, fenómeno que está em crescimento e que a regulação deve ter em consideração. Destacou que os investimentos nesta área são avultados e de longo prazo, sendo necessária uma previsibilidade regulatória. Por último, enfatizou que se deve ter em conta que para os cidadãos, os conteúdos são determinantes na escolha do operador, sendo por isso fundamental garantir o acesso a conteúdos em condições de igualdade.

A este propósito, o **Presidente da Zon, Rodrigo Costa**, destacou que a revolução tecnológica e social em curso vem conferir uma importância crescente ao tema dos conteúdos e ao papel fundamental dos reguladores na adaptação a esta nova realidade. Para este orador, a regulação deve ser feita em três frentes: comunicação social, telecomunicações e concorrência. Afirmou ainda que a regulação deve ser mínima, mas ao mesmo tempo, forte, justa e rápida, actuando no momento certo. Defendeu, por último, a existência de uma regulação progressista, a par da auto-regulação.

Ângelo Paupério, Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, colocou o problema da oferta das redes, que considera desajustada, pouco competitiva e pouco fiscalizada. Classificou ainda como lenta, excessivamente conservadora e formal a actuação do regulador do sector das telecomunicações, face à rápida evolução do mercado. Defendeu que cabe à regulação o papel de assegurar a promoção da concorrência entre operadores em condições de igualdade.

Comentando as intervenções anteriores, **Nuno Morais Sarmiento, Jurista e ex-Ministro de Estado e da Presidência**, identificou a especial exigência do "mandato constituinte" da ERC, sublinhando que a acção regulatória dos media é particularmente difícil num sector em que os regulados são os próprios "comunicadores com a opinião pública". O

comentador sublinhou a relevância da criação de mecanismos de intervenção e recolha de dados, que contribuem para a solidificação de um quadro regulatório. Terminou afirmando que a democratização do acesso a serviços multi-plataformas deverá conduzir a regulação para o cliente e o consumidor, assegurando os seus direitos fundamentais.

3ª Sessão – “Jornalismo e Publicidade”

Na 3ª sessão, cuja preocupação essencial foi a de analisar a relação entre “**Jornalismo e Publicidade**”, **Octávio Ribeiro, Director do Correio da Manhã**, alertou para o facto de o crescimento das vendas e audiências dos jornais diários não ser acompanhado por um idêntico crescimento do *share* publicitário. Tal reflecte, em sua opinião, uma “desadequação entre a resposta do mercado e o consumo de jornais”. Considera que a imprensa tem vindo a perder publicidade para a televisão devido, em parte, às obsoletas ferramentas de medição das suas audiências, que deverão tornar-se mais eficazes e céleres. Identificou uma tensão entre os interesses criativos da publicidade e a defesa da qualidade da informação - referindo o exemplo da publicidade intrusiva ao conteúdo jornalístico - e outra tensão proporcionada pela chegada dos jornais gratuitos ao mercado.

De acordo com **João Palmeiro, Presidente da Associação Portuguesa de Imprensa (API)**, o jornalismo e a publicidade são áreas onde, a nível europeu e mundial, se têm dado passos sólidos em direcção à auto-regulação. Defende que o jornalismo e a publicidade são a obra mais nobre da aplicação da criatividade. Porém, sendo o desenvolvimento técnico e criativo mais rápido do que a capacidade de se regular ou legislar, a solução está, em seu entender, no desenvolvimento de sistemas de auto-regulação.

O **Presidente da Comissão da Carteira Profissional do Jornalista, Pedro Mourão**, centrou a sua apresentação na tensão permanente entre publicidade e jornalismo, problema para o qual não existem respostas pacíficas, nem mesmo nas tentativas de

regulação. Apesar de a legislação distinguir publicidade de jornalismo, a sua aplicação não resolve os problemas, na medida em que a realidade ultrapassa a questão legal. A este propósito, sublinha que a dependência do jornalismo face às receitas publicitárias se traduz numa forte pressão do sistema económico sobre o universo da comunicação social, podendo colocar em risco a qualidade do jornalismo e dificultando a distinção entre publicidade e informação.

Alfredo Maia, Presidente do Sindicato dos Jornalistas e comentador desta **3ª Sessão**, manifestou várias preocupações, entre as quais a existência de publicidade intrusiva no espaço editorial dos jornais, questionando se tal diluição será inteligível para os leitores. A segunda preocupação que manifestou prende-se com a publicidade subliminar manifestada na introdução estratégica de símbolos nos jornais, alusivos a marcas. Neste cenário híbrido, que “tende a confundir as fronteiras” entre jornalismo e publicidade, chamou ainda a atenção para questões como a subordinação do jornalista à empresa ou o cumprimento do código deontológico.

4ª Sessão – “Impacto Regulatório das Novas Lógicas de Produção Radiofónica. Convergência e web2”

Rui Pêgo, Director de Programas da RDP iniciou a sua intervenção na **4ª Sessão** da conferência, sob o título: **“Impacto Regulatório das Novas Lógicas de Produção Radiofónica. Convergência e web2”**, dizendo que “a rádio, tal como a conhecemos, acabou”, remetendo para a sua expansão na Internet, telemóveis, entre outras plataformas. Considerou essencial para os mercados, que no futuro, a medição do valor dos conteúdos produzidos se torne eficaz, o que, em sua opinião, só acontecerá quando a televisão sentir necessidade de conhecer e avaliar as outras plataformas.

Arsénio Nunes, Director-Adjunto da TSF, defendeu a ideia de que o futuro da rádio terá de ser “gratuito, portátil e ubíquo”, visto que esta terá deixado de ser “só para os ouvidos” passando a ser “também para os olhos”, numa alusão à rádio *online*. Segundo o orador, a Internet incorpora cada vez mais informação e apenas uma marca que

mereça a credibilidade e confiança dos consumidores poderá diferenciar-se. Defende a personalização dos conteúdos e a necessidade de os direccionar para os públicos mais jovens. Lançou incógnitas e desafios quanto à organização da produção de conteúdos e instrumentos tecnológicos.

Para **Pedro Leal, Responsável pelos Conteúdos Online da Rádio Renascença**, a Internet apresenta-se como um desafio permanente, sendo por isso importante que cada operador defina a sua forma de auto-apresentação na rede. Identificou ainda alguns desafios para a informação na rádio, entre os quais a necessidade de uma linha editorial, uma agenda e comportamento deontológico muito definidos, exigindo-se aos jornalistas a capacidade de trabalhar nos vários cenários digitais. Para este orador, a questão essencial não é a morte da rádio, mas a qualidade da resposta à sua afirmação e sobrevivência na Web.

Carlos Marques, Director Multimédia da Media Capital Rádios, referiu que para alguns a rádio continua a ser o que sempre foi, para outros, será uma página na Net *à la carte*. Em seu entender, o cenário mais provável é o digi-media, isto é, a distribuição multi-plataforma, com conteúdos complementares relacionados com a emissão e novas lógicas de programação. Defendeu que a rádio terá de trilhar o caminho da diferenciação face aos outros meios e desenvolver o seu próprio modelo.

James Cridland, Head of Future Media and Technology da BBC Audio and Music, notou que, da mesma forma que o mundo digital está a mudar, também a rádio está em mutação, explorando agora novas plataformas. Traduzindo este movimento, o orador apresentou alguns resultados de um estudo realizado no Reino Unido que identifica o Digital Audio Broadcast (DAB) como a forma mais popular de consumir rádio, para além da plataforma tradicional.

Francisco José Oliveira, Vice-Presidente da APR e comentador deste painel, referiu-se à necessidade de normalização da dicotomia existente entre a regulação num sector como a rádio e a inexistência de regulação noutras plataformas, como a Internet.

Yves Poulet, Director do Centro de Pesquisa Informática e Direito da Universidade Namur, centrou a sua comunicação na urgência de uma reflexão ética sobre a sociedade de informação, incidindo sobre os seus riscos e benefícios no que respeita aos direitos fundamentais do indivíduo. Alertou para o facto de a massificação tecnológica contribuir para a diminuição do espaço privado. Daí, em sua opinião, a necessidade de criar uma ética de discussão pública sobre estas questões, que exorte os cidadãos a zelarem pela protecção dos seus dados pessoais.

2º Dia

5ª Sessão – “Apresentação Geral do Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social”

Na 5ª Sessão, centrada na “Apresentação Geral do Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social”, **José Rebelo, Professor do ISCTE e Coordenador Geral do Estudo**, destacou o facto de este ser o primeiro realizado em Portugal sob esta perspectiva, permitindo não só, dar a conhecer as representações dos públicos sobre os conteúdos emitidos, como as singularidades de grupos “especiais”, como as crianças, jovens, imigrantes e maiores de 64 anos. Das conclusões, salientou que os inquiridos depositem maior credibilidade na informação da rádio do que na da televisão, embora, paradoxalmente, esta seja encarada como fonte de informação privilegiada. Regozijou-se por esta iniciativa da ERC permitir disponibilizar a todos os interessados uma base de dados extremamente rica.

Moisés de Lemos Martins, Professor da Universidade do Minho, comentador da 5ª Sessão, sublinhou que uma das questões a que este estudo dá resposta é a relação que os actores sociais têm com os media, numa perspectiva de que o indivíduo é autónomo, livre e racional. Considerando os resultados do estudo, asseverou que, na sociedade actual, a sensibilidade e as emoções prevalecem sobre as ideias.

Adelino Gomes, Jornalista e Provedor do Ouvinte da RDP, destacou a importância do Estudo da Recepção, considerando que, durante anos, vivemos quase na ignorância absoluta do que pensam os públicos. Partindo dos resultados, que mostraram ser maior a necessidade de serviço público na televisão do que na rádio, afirmou que as rádios privadas atingiram um patamar de qualidade bastante razoável e que, nesse sentido, o garante da rádio pública é menos percebido como necessário do que na televisão.

6ª Sessão – “Exposição aos Média de Imigrantes, Minorias e Maiores de 64 anos”

Na 6ª Sessão, sobre “Exposição aos Média de Imigrantes, Minorias e Maiores de 64 anos”,

Isabel Férin, Professora da Universidade de Coimbra e Coordenadora do Estudo, destacou alguns resultados, observando que os imigrantes e seus descendentes consideram que não há um tratamento positivo da imigração nos meios de comunicação social. Os imigrantes ouvidos sugerem que os meios se ocupem de temas úteis para o quotidiano da imigração em Portugal, como por exemplo, a obtenção de vistos e as qualificações dos imigrantes. A oradora salientou ainda o facto de a televisão ser o meio com mais impacto junto dos públicos com mais de 64 anos, e de a Internet quase não ter expressão junto dos mesmos. Salientou, por último, condicionantes sociais e físicas como limitadoras do acesso à imprensa, à rádio e à Internet, por parte destes públicos.

A primeira comentadora da Sessão, **Rosário Farmhouse, Presidente do ACIDI**, salientou o papel fundamental dos meios de comunicação social na construção de uma sociedade mais justa e tolerante. O estudo da ERC contribui em muito para isso, dando pistas para uma informação sem estereótipos, de qualidade e não discriminatória. A comentadora referiu ainda que os imigrantes estão sobretudo associados a notícias sobre criminalidade, em particular, no caso da comunidade brasileira, em sequência do

que apelidou de “verão quente”. Sugeriu a necessidade de sensibilizar os media para despertar nas crianças o interesse pela interculturalidade.

O Padre Feytor Pinto, Coordenador Nacional da Comissão Nacional da Pastoral da Saúde, comentou também estes resultados, ressaltando a necessidade de criar uma info-ética, pois a informação deve revestir-se de valores éticos que valorizem a dignidade da pessoa humana. Afirmou que a ERC tem também uma missão formadora, sugerindo que se aposte em cursos especializados que permitam aos jornalistas trabalhar certos temas sensíveis.

Cândida Pinto, Jornalista da SIC e do Expresso frisou que os dados deste estudo são importantes para os jornalistas e decisores dos media. Admite que o tratamento da informação sobre imigração possa ser discriminatório, embora isto não resulte de uma intencionalidade, antes sendo circunstancial. Considera que existe um clima de tensão relativo à imigração que passou para a opinião pública, reforçado pelos acontecimentos mais recentes. Sugere uma maior sensibilidade dos jornalistas para o tratamento desta questão, embora cada caso deva ser analisado individualmente.

7ª Sessão – “Exposição aos Média de Crianças e Jovens”

Cristina Ponte, Professora da Universidade Nova de Lisboa e Coordenadora do Estudo, revelou que as crianças e os jovens em Portugal crescem hoje entre ecrãs e numa profusão de tecnologias incomparável com os ambientes em que cresceram os seus pais. Frisou que as actividades das crianças, os usos que fazem dos meios de comunicação, os equipamentos dos seus quartos e as formas de regulação parental são diferentemente percebidas por pais e filhos. Afirmou acreditar que o principal desafio e responsabilidade, é a promoção de ambientes de literacia mediática.

O Psicólogo Clínico Eduardo Sá, da Universidade de Coimbra e do ISPA, falou dos benefícios da televisão na formação das crianças, considerando que o discurso inverso pode ser absurdo. “Os conteúdos televisivos não têm necessariamente um efeito

negativo”, sustentou. Responsabilizou os pais no seu papel de orientadores, o dever de hierarquizar as prioridades dos consumos televisivos e compreenderem que “são os melhores brinquedos dos filhos”.

Jorge Wemans, Director da RTP 2 e comentador desta sessão, elogiou o enfoque do estudo nos lares portugueses e sugeriu que se reconhecesse a escola como espaço de análise da relação das crianças com a televisão. Destacou que o estudo confirma a importância da televisão no quotidiano das crianças, confirmando a consciência que os pais têm deste facto. As diferenças no consumo de televisão, entre pais e crianças, prendem-se com as regras de acesso à mesma. Identificou o que lhe pareceu uma inconsistência: que o visionamento conjunto da informação por pais e crianças, não dê origem a conversas sobre as notícias.

Pedro Tadeu, Director do Jornal 24 Horas elogiou a iniciativa do Estudo que, considerou chegar com 10 anos de atraso. A partir da sua experiência pessoal, afirmou que ao contrário do que fora dito em anteriores comentários, a televisão prepara as crianças para a vida e ajuda-as a ser mais autónomas. Parece-lhe, pois, injusto que os pais sejam criticados por proporcionarem aos filhos, por exemplo, televisão no quarto.

Pedro Camacho, Director da Revista Visão salienta o facto de este estudo conferir cientificidade a realidades que todos já intuíamos. Reconhece que a televisão é a *baby-sitter* das crianças. Parece-lhe chocante que os professores não usem a comunicação social no espaço das aulas. Manifestou desejo de que os resultados do Estudo sejam direccionados para a regulação.

Sessão de Encerramento

A sessão de encerramento da conferência foi presidida por **Augusto Santos Silva, Ministro dos Assuntos Parlamentares**, que salientou os significativos avanços registados nos últimos anos ao nível da cultura de regulação em Portugal, inclusive no domínio da auto-regulação, referindo-se às eleições para a Comissão da Carteira

Profissional dos Jornalistas e aos esforços para a constituição de um Conselho de Imprensa. Segundo observou, estas estruturas permitem que o Regulador se concentre em matérias centrais da sua actividade, entre as quais destacou a produção regular de informação pública.

As intervenções dos diversos oradores e os debates a que deram lugar, seguidos por mais de 400 participantes, fizeram da II conferência da ERC - "A Regulação como valor num mundo em mudança" – um espaço aberto às diferentes perspectivas sobre o sector da comunicação social.

Comissão de Redacção:

Coordenação: Tânia de Moraes Soares

Equipa:

Alexandra Figueiredo

Ângela Nobre

Bruna Afonso

Celeste Grácio

João Pedro Freire

João Triães

Vanda Calado

Willy Filho

Lisboa, 17 de Outubro de 2008